



JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

7ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



“
Nessa obra, abordaremos os principais **aspectos penais e processuais** da **Lei dos Juizados Especiais Criminais**. Trata-se de legislação que afeta muitos institutos penais e, por isso, de reconhecida importância.
”

Sumário

Capítulo I - Disposições Gerais	06
1. Evolução legislativa	06
2. Previsão constitucional dos Juizados Especiais	06
3. Segunda velocidade	06
4. Critérios (princípios) informadores do JECrim	06
5. Objetivos do JECrim	06
6. Classificação dos crimes com base no montante da pena cominada em abstrato	07
Capítulo II - Juizados Especiais Cíveis	07
Capítulo III - Juizados Especiais Criminais	07
Seção I - Disposições Gerais	07
1. Esclarecimento inicial	07
2. Conceito de infração de menor potencial ofensivo (IMPO) – evolução legislativa	07
3. A questão da alegada ampliação do conceito de IMPO pelo Estatuto da Pessoa Idosa (L. 10.741/2003)	08
4. Da [in]compatibilidade com as penalidades do Código de Trânsito	08
5. A questão da [im]possibilidade de correção da capitulação no momento do recebimento da denúncia	08
6. O reflexo das causas de aumento e diminuição e do concurso de crimes na fixação da competência material do JECrim	09
Seção II - Da Competência e dos Atos Processuais	09
Subseção I - Critério territorial	09
1. Regra específica	09
2. Distinção da regra geral	09
3. Tentativa de identificação de teoria	09
Subseção II - Competência do Juizado Especial Federal Criminal	10
1. Esclarecimento inicial	10
2. Competência do JEF	10
Subseção III - Causas de exclusão “ab initio” da competência do JECrim	11
1. Autor do fato com foro por prerrogativa de função	11
2. Conexão e continência	11
3. Crimes militares	11
4. Crimes com violência doméstica e familiar contra a mulher	11
5. Crimes com violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	11
6. Crimes eleitorais	12
Subseção IV - Causas de modificação da competência do JECrim	12
1. Citação por edital	12
2. Complexidade do fato	12
Subseção V - Atos processuais	12
1. Princípio da publicidade	12
2. Horário de funcionamento do JECrim	13
3. Nulidades	13
4. Citação	13
5. Intimação	13
6. Indispensabilidade de defesa técnica	14
Seção III - Da Fase Preliminar	14
Subseção I - Atuação policial	15
1. Conceito de termo circunstanciado (TC)	15
2. Atribuição para a lavratura do termo circunstanciado	15
3. Autor do fato	16
4. Possibilidades em caso de estado flagrancial	16
5. Violência doméstica	18
6. Arquivamento do termo circunstanciado	18
Subseção II - Audiência preliminar	18
1. Impossibilidade de realização imediata da audiência preliminar	18
2. Frustração da audiência pela ausência dos envolvidos	19
3. Realização da audiência preliminar	19
4. Condução da conciliação	19
Subseção III - Medidas Descarcerizadoras	19
Tópico 1 - Composição civil	20
1. Conceito	20
2. Extensão do acordo	20

3. Condução e homologação	20
4. Natureza jurídica e execução	20
5. Consequências jurídicas do acordo homologado	20
6. Prescrição e decadência	21
7. Período depurador (carência)	21
8. Vários autores da IMPO	21
9. Desinteresse da vítima	21
10. Recurso	21
11. Tentativa fracassada de composição civil e a representação	21
Tópico 2 - Transação penal	22
1. Fundamento constitucional	22
2. Conceito	22
3. Cabimento e legitimados	22
4. Preferência da transação penal	22
5. Extensão da proposta	23
6. Pressupostos (requisitos) legais	23
6.1 Infração de menor potencial ofensivo.....	23
6.2 Não ser caso de arquivamento do termo circunstanciado	24
6.3 Não ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.....	24
6.4 Não ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela transação penal	24
6.5 Antecedentes, conduta social, personalidade do agente, bem como os motivos e circunstâncias do delito favoráveis ao agente	24
6.6 Transação penal nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo	24
7. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	25
7.1 Proposta	25
7.2 Recusa injustificada de oferecimento da transação penal	25
7.3 Forma	25
7.4 Momento	25
7.5 Aceitação	26
7.6 Homologação	26
7.7 Redução da pena de multa	26
7.8 Efeitos	26
7.9 Recusa do benefício	26
8. Princípios orientadores específicos	26
9. Natureza jurídica da sentença	26
10. Descumprimento injustificado da transação	27
11. Recurso	27
12. A questão da mitigação do princípio da obrigatoriedade	27
Tópico 3 - Suspensão condicional do processo	27
1. Outras denominações	27
2. Conceito	27
3. Pressupostos (requisitos) legais cumulativos	27
3.1 Patamar da pena	27
3.2 Acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime	28
3.3 Presença dos demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do CP)	29
3.4 Descumprimento do acordo de não persecução penal	29
4. Procedimento da suspensão condicional do processo	29
4.1 Iniciativa da proposta	29
4.2 Oferecimento e a aceitação da proposta	30
4.3 Prazo de suspensão	31
4.4 Condições para o benefício	31
4.5 Causas de revogação obrigatória	31
4.6 Causas de revogação facultativa	32
4.7 Consequência jurídica do cumprimento das condições	32
4.8 Prescrição	32
4.9 Recusa da proposta	32
4.10 Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão	32
5. Suspensão condicional do processo nos crimes ambientais	33
6. Natureza jurídica	33
Seção IV - Do Procedimento Sumaríssimo	33
Subseção I - Disposições preliminares	33
1. Justiça comum	33
2. Dispensa de exame de corpo de delito	33

3. Complexidade do fato	33
Subseção II - Chamamento do acusado e defesa preliminar	34
Subseção III - Da Audiência de Instrução e Julgamento	34
1. Nova possibilidade de acordo	34
2. Condução coercitiva	34
3. Sistemática da audiência	35
Subseção IV - Sistema Recursal do JECrim	35
Tópico 1 - Disposições preliminares	35
1. Competência recursal	35
2. Conflito de competência entre JECrim e juízo comum	35
Tópico 2 - Recursos previstos na Lei 9.099/95	36
Item 1 – Apelação	36
1. Hipóteses de cabimento	36
2. Prazo e forma	36
3. Exercício de contraditório e ampla defesa	36
4. Transcrição de gravação	36
5. Intimação das partes	36
6. Súmula de julgamento	37
Item 2 - Embargos de declaração	37
1. Disciplina legal	37
2. Erros materiais	37
Tópico 3 - [In]admissibilidade de outros recursos	37
Item 1 - Recurso em Sentido Estrito	37
Item 2 - Recurso Extraordinário	38
Item 3 - Recurso Especial	38
Tópico 4 - Ações autônomas de impugnação	38
Item 1 - Hábeas-córpus	38
1. Fundamento constitucional	38
2. Competência	39
Item 2 - Mandado de segurança	39
1. Fundamento constitucional	39
2. Competência	39
Item 3 - Revisão criminal	39
Seção V - Da Execução	39
Seção VI - Das Despesas Processuais	39
Seção VII - Disposições finais	39
Subseção I - Ação penal	39
1. Alteração da natureza da ação penal	39
2. A questão da natureza da ação penal na contravenção de vias de fato	40
Subseção II - Aplicação subsidiária do CP e CPP	40
Capítulo IV - Disposições finais comuns	40
Capítulo V - Enunciados do FONAJE	41
Seção I - Disposições gerais	41
1. Criação e finalidade	41
2. Objetivos	41
Seção II - Enunciados criminais	41
Obras consultadas e/ou citadas	44